



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL

www.saosepe.rs.gov.br

LEI Nº 3.756, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Sepé, Estado do Rio Grande do Sul.
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A presente lei, estabelece as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do Município de São Sepé, RS, para o exercício financeiro de 2018, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, e no art. 107 da Lei Orgânica do Município, e compreende:

- I – As diretrizes gerais para a elaboração do orçamento fiscal da administração pública municipal;
- II – A organização e estrutura do orçamento;
- III – As prioridades e metas da administração pública municipal;
- IV – As disposições relativas a política de pessoal;
- V – As disposições sobre as alterações na legislação tributária, em especial quanto ao código tributário municipal;
- VI – As disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 2º A lei orçamentária deverá atender ao previsto na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, assim como na Lei nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

Art. 3º No projeto da lei orçamentária serão alocados os recursos relativos aos percentuais exigidos pela Constituição Federal, para as áreas de Educação e Saúde, e ainda, para a Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 4º A proposta orçamentária considerara os valores em Reais (R\$) com sua projeção para janeiro de 2018, com base na tendência demonstrada pelos índices de inflação e ainda de premissas de cálculos utilizados para a formação da receita do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL
www.saosepe.rs.gov.br

Art. 5º A proposta orçamentária será elaborada considerando as prioridades e objetivos estabelecidos no anexo próprio desta lei, e as disponibilidades de recursos financeiros, observados, ainda, os seguintes critérios:

I – Os investimentos de fase de execução terão preferência sobre novos projetos;

II – A programação de novos projetos não poderão dar-se a custas de anulação de dotações destinadas a investimentos em andamento;

III – O pagamento de serviços da dívida, de pessoal e seus encargos, terão preferência sobre as ações de expansão;

IV – Os projetos e atividades constantes da lei orçamentária devem manter compatibilidade com o Plano Plurianual e esta lei.

Art. 6º A previsão de recursos, a título de subvenções, auxílios, ou qualquer outro benefício a entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, e a pessoas naturais, deverá atender lei que regula a política de assistência social, ao prescrito no artigo 116 da Lei Federal 8.666/93, e ainda, o contido na Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014.

§ 1º As entidades que poderão ser beneficiadas são:

I – Entidades de assistência à saúde e educação;

II – Entidades de assistência social;

III – Entidades educacionais;

IV – Órgãos de segurança;

V – Órgãos de assistência técnica;

VI – Pessoas naturais.

§ 2º Será editada lei específica para concessão de qualquer tipo de subvenção, auxílio ou benefício de que trata o caput e o parágrafo primeiro.

§ 3º A concessão de auxílio para o desenvolvimento econômico de empresas, tanto local como de fora do Município, visando a geração de renda ou emprego, serão realizadas mediante edição de legislação específica, fundamentada em plano de negócio específico que comprove a viabilidade dos investimentos e o interesse público do Município, devendo no entanto, levar em conta a lei geral de incentivos.

§ 4º A legislação de que trata o parágrafo anterior, levará em conta o previsto na lei geral de inventivos do Município de São Sepé.

Art. 7º A previsão de recursos orçamentários para o custeio de despesas de competência de outros entes federados, somente será admitido para as áreas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária e tributária e de meio ambiente, educação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL

www.saosepe.rs.gov.br

saúde, alistamento militar, ou, a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico ou social.

CAPÍTULO II

DA ESTUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 8º A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara de Vereadores, conterá as receitas e despesas dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades de Administração Direta e Indireta.

Art. 9º A receita para o exercício de 2018, estimada provisoriamente em R\$ 78.850.000,00 (setenta e oito milhões oitocentos e cinquenta mil Reais), está composta sinteticamente da seguinte forma:

Previsão da Receita	R\$	64.036.000,00
Receita Regime Próprio Previdência (+)	R\$	14.814.000,00
Total da Receita	R\$	78.850.000,00

Art. 10. A receita por fonte de recurso, sem a dedução do Fundeb, para o exercício de 2018, está constituída da seguinte forma:

Correntes:			
Tributárias	R\$	7.994.000,00	10,14 %
Contribuições	R\$	3.015.000,00	3,82 %
Patrimonial	R\$	5.805.000,00	7,36 %
Serviços	R\$	17.000,00	0,02 %
Transferências Correntes	R\$	57.360.000,00	72,74 %
Outras Receitas Correntes	R\$	1.476.000,00	1,87 %
Total Receitas Correntes	R\$	74.667.000,00	
Receitas Intraorçamentárias	R\$	7.200.000,00	9,13 %
Receitas de Capital	R\$	4.021.000,00	5,10 %
Subtotal da Receita	R\$	86.888.000,00	110,19 %
(-) Dedução do Fundeb	R\$	8.038.000,00	10,19 %
TOTAL RECEITA PREVISTA	R\$	78.850.000,00	100 %

Art. 11. As despesas do Município de São Sepé por Órgão, serão distribuídas da seguinte forma:

- Gabinete do Prefeito Municipal	R\$	1.305.000,00	1,66 %
- Secretaria de Administração	R\$	13.483.000,00	17,10 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL

www.saosepe.rs.gov.br

- Secretaria Finanças e Planejamento	R\$	1.856.000,00	2,35 %
- Secretaria de Educação	R\$	18.137.000,00	23,00 %
- Secretaria de Obras	R\$	10.612.000,00	13,46 %
- Secretaria de Agricultura	R\$	2.609.000,00	3,31 %
- Secretaria de Saúde	R\$	16.368.000,00	20,76 %
- Secretaria Des. Econômico	R\$	1.765.000,00	2,24 %
- Secretaria de Assist. e Hab.Social	R\$	2.517.500,00	3,19 %
- Secretaria de Esportes de Lazer	R\$	1.577.000,00	2,00 %
- Fundação Cultural	R\$	1.190.000,00	1,51 %
- Câmara Municipal de Vereadores	R\$	2.503.500,00	3,17 %
- Reserva de Contingência RPPS	R\$	4.877.000,00	6,20 %
- Reserva Contingência Imprevistos	R\$	50.000,00	0,05 %
TOTAL DA DESPESA	R\$	78.850.000,00	100,00%

Art.12. As receitas e despesas dos orçamentos da Administração direta e da Fundação Cultural, mantidas pelo município serão classificadas e demonstradas segundo a legislação em vigor.

§ 1º Até trinta (30) dias após a publicação da lei orçamentária, deverão ser elaborados a programação e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 2º No mesmo prazo do parágrafo anterior, as receitas previstas serão desdobradas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, inclusive através do mecanismo de protesto.

§ 3º Os recursos vinculados serão utilizados unicamente para atender os objetivos de suas vinculações, ainda que em exercício diversos daquele em que ocorreu o ingresso.

§ 4º Verificando-se ao final de um bimestre, que a realização da receita não atendeu as metas de resultado primário e nominal, os poderes promoverão por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta (30) dias subsequentes, limitação de empenho e de movimentação financeira, através das seguintes medidas:

- I – Redução de despesas gerais de manutenção de órgãos, (energia, telefone, material de consumo e de expediente), que não afetem seu regular funcionamento;
- II – Suspensão de programas de investimentos não iniciados;
- III – Suspensão de realizações e pagamentos de horas extras;
- IV – Redução de despesas com viagens, cursos e intercâmbios;
- V – Rígido controle de todas as despesas;
- VI – Exoneração de ocupantes de cargos em comissão e cancelamentos de funções gratificadas;
- VII – Outras medidas devidamente justificadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL

www.saosepe.rs.gov.br

§ 5º Para o efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, considerar-se-á irrelevante a despesa de caráter não continuado, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

§ 6º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas de cada quadrimestre, junto a Comissão de Orçamento, Finanças e Justiça da Câmara Municipal de Vereadores, nos termos prescritos no § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.13. As fontes de recursos e modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, até o limite de 15% (quinze por cento), justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Art.14. No projeto de lei orçamentária, constarão as seguintes autorizações:

- I – Para abertura de créditos suplementares;
- II – Para a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, nos limites e prazos estabelecidos na legislação em vigor em especial as contidas na LC 101/2000, capítulo VII, Seção IV, Subseção III;
- III – Para a realização de operações de crédito com destinação específica e vinculada a projeto, nos termos do previsto no inciso anterior.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art.15. As metas prioritárias da Administração Municipal para o exercício de 2017, atendido o disposto na Lei Municipal que institui o Plano Plurianual para o período de 2018-2021, estão estabelecidas no Anexo à presente lei, dela fazenda parte.

Art. 16. Ficam estabelecidas as Metas Fiscais da Administração Municipal para o exercício de 2018, conforme anexo a esta lei, e compreende os modelos de cálculo da receita corrente líquida, previsão da receita para os exercícios de 2017 a 2020 e ainda a receita arrecadada de 2014 até agosto de 2017, que serviram como premissa de cálculo para a determinação dos montantes.

Art. 17. O Município contemplara no orçamento para 2018, as metas estratégicas prevista no Plano Municipal de Educação, a medida de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras para implementação.

Art.18. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao atendimento necessários ao suporte de dotações orçamentárias para programa específico de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, serão utilizados para:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL

www.saosepe.rs.gov.br

- I – Pagamento de condenações judiciais de pequeno valor, não sujeitas a precatório, que venha a ser exigido no curso do exercício;
- II - Atendimento de medidas liminares ou entecipatórias de tutela expedidas pelo Poder Judiciário que importe desembolso financeiro;
- III – Atendimento de despesas decorrentes de situações de emergência ou calamidade pública, oficialmente declaradas;
- IV – Outros eventos congêneres;
- V – Contrapartida de recursos de transferências voluntárias de outros entes federados, não previstos orçamentariamente;
- VI – Necessidade de dotação orçamentária para criação de programa específico.

§ 1º A utilização dos recursos da reserva de contingência, de que trata a presente lei, dar-se-á mediante suplementação das dotações orçamentárias próprias, para atendimento das despesas ou abertura de crédito especial, obedecendo o seguinte:

- I – A suplementação serão feitas sempre por decreto;
- II – Abertura de crédito especial necessitara de autorização legislativa;

§ 2º A partir do início do segundo quadrimestre do ano, o recursos da reserva de contingência, não utilizados que excederem a 2/3 do valor inicial , e a partir do segundo, os que excederem a 1/3, poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais, que se fizerem necessários, desde que haja disponibilidades financeira para o atendimento das correspondentes despesas.

§ 3º A reserva de contingência do Regime Próprio de Previdência, será utilizada exclusivamente para cobertura de necessidades do próprio regime, sendo proibida a utilização para outra finalidade.

CAPÍTULO IV

DAS DESPESAS RELATIVAS A PESSOAL

Art. 19. No exercício de 2018, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do município, nos seus dois poderes, deverão obedecer as disposições da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Para efeito do acompanhamento da despesa com pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo, publicarão, quadrimestralmente, por quadro de pessoal, o total de cargos criados existentes e os de vagas preenchidas, assim como, de gastos com o total dos vencimentos e remuneração pagos.

Art. 20. Estão previstos nos programas de administração de cada órgão, valores correspondentes a manutenção das despesas com pessoal, e ainda, valores projetados para pagamento da reposição inflacionária, do período compreendido de janeiro a dezembro



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL

www.saosepe.rs.gov.br

de 2017, a ser concedida no mês de janeiro de 2018, e ainda a projeção do crescimento vegetativo da folha e encargos.

Parágrafo único. As respectivas despesas previdenciárias e de assistência a saúde de servidores, constam em programas específicos, também elencados por órgão da administração.

Art. 21. A criação de cargos, a alteração de estrutura de carreiras, a admissão de pessoal a qualquer título, a concessão de qualquer vantagem, aumento de remuneração, só poderão ser feitos se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes, e atender ao disposto na Seção II do Capítulo IV da Lei Complementar 101/2000.

Art. 22. As despesas com pessoal elencadas no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, não poderão exceder ao limite previsto no art.20 inciso III, letras "a" e "b" da referida lei.

Art. 23. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, autorizados a proceder:

I – Ao preenchimento das vagas dos cargos de provimento efetivo, mediante realização de concurso público, e dos cargos em comissão previstos em lei, estes com a função estrita de chefia, direção e assessoramento;

II – A conceder aumento ou revisão geral da remuneração ou outras vantagens, através de lei específica e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal;

III – Proceder adequação de valores na elaboração da Lei Orçamentária Anual, provenientes de alterações econômicas, de legislação e ainda decorrentes de erros ou adequação de previsões.

Parágrafo único. A efetivação do autorizado nos itens I e II do artigo somente poderá dar-se se atendido o disposto no artigo 18 e 19 desta lei.

Art. 24. São considerados objetivos da administração municipal o desenvolvimento de programas visando a:

I – Valorização, desenvolvimento e profissionalização dos servidores públicos municipais, de forma a aperfeiçoar a prestação dos serviços públicos;

II – Capacitar os servidores para melhor desempenho de atribuições específicas;

III – Proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores, através de programas informativos, educativos e culturais;

IV – Melhorar as condições de saúde e trabalho dos servidores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL
www.saosepe.rs.gov.br

V – Racionalização dos recursos materiais e humanos, com vistas a diminuir os custos e aumentar a produtividade e eficiência dos serviços municipais;

VI – Os conselheiros municipais, quando no desempenho de suas funções, ficam contemplados pelo presente artigo.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. Na estimativa das receitas tributárias foram considerados os efeitos da alterações da legislação e política tributária, especialmente os relacionados com:

I – Revisão dos benefícios e incentivos fiscais existentes;

II – Fiscalização de controle de renúncias fiscais, condicionadas;

III – Crescimento real do imposto predial e territorial urbano e do imposto sobre serviços de qualquer natureza, ou decorrente das alterações cadastrais por conta do implementação final do recadastramento imobiliário e ainda, da recepção das alterações da Lei Federal 157, que modifica a lista de serviços do ISSQN;

IV – Modernização e desenvolvimento de métodos de auditoria fiscal, assim como a dinamização da cobrança dos créditos tributários;

V – Fiscalização direcionada para os setores de atividade econômica e contribuintes com maior representação na arrecadação;

VI – Medidas de recuperação fiscal;

VII – Adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações na legislação federal, em especial, quanto a Lei Complementar 157/2016.

VIII – Incentivos fiscais em vigor ou benefícios fiscais a serem concedidos;

IX – Alteração do Código Tributário Municipal, com implantação de nova sistemática de “Planta de Valores por Face de Quadra”, para o Imposto Predial e Territorial Urbano, alteração de alíquotas e ainda da política tributário do Município.

X – Crescimento de 4,77% no índice de determinação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, para o exercício de 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL
www.saosepe.rs.gov.br

§ 1º A concessão de novos benefícios ou incentivos fiscais, deverá atender ao disposto no art. 14 da LC 101/2000, em especial quanto ao impacto orçamentário e financeiro e ainda, medidas de compensação nele previstas.

§ 2º O Município implementará programas previstos no orçamento para o ano de 2018, e ou, criará novos através de legislação específica, se houver aumento das transferências do Estado ou da União, por conta do aumento de tributos, e ou, em consequência de desenvolvimento da economia como um todo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. O Poder Executivo manterá sistema gerencial e de apropriação de despesas com objetivo de demonstrar o custo de cada ação governamental e o resultado alcançado.

Art. 27. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo para desenvolvimento de programas prioritários, nas áreas de educação, cultura, saúde, segurança, assistência social. Agricultura, habitação e outras de relevantes interesse público, sem ônus para o Município, ou com contrapartida, constituindo-se em projetos específicos, somente após garantia de sua entrega mediante empenho e confirmação de repasse.

Art. 28. O Poder Executivo não repassará recursos a órgãos que possuindo tesouraria, e ou, contabilidade descentralizada, não tiver prestado contas de valores repassados na forma que dispuser a lei de concessão.

Art. 29. As parcerias voluntárias, envolvendo ou não, recursos financeiros do Município, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, levará em conta a implantação da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, em especial quanto ao chamamento público, as prestações de contas e fiscalização dos recursos aplicados.

Art. 30. A liberação dos recursos de que trata o artigo sétimo desta lei, subordinar-se-á aos seguintes requisitos:

- I – Celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;
- II – Existir plano de trabalho e de aplicação;
- III – A atividade seja implementada no município ou no interesse dos munícipes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ

RIO GRANDE DO SUL

www.saosepe.rs.gov.br

IV – O ente não estiver em mora de repasse de recursos devidos, em atendimento a normas legais ou compromissos em vigor.

Parágrafo único. A celebração de convênios ou outros ajustes de que trata este artigo, para aplicação dos recursos orçamentários específicos destinados aos fins nele previstos, independem de lei específica ou autorização legislativa.

Art. 31. O Poder Legislativo, utilizar-se-á dos anexos constante da presente lei, para a elaboração de sua proposta orçamentária para o exercício de 2018, sendo esta anexada ao projeto de lei, que tratará do orçamento para o próximo exercício, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal e do Art. 12 parágrafo terceiro da Lei Complementar 101/2000.

Art. 32. O controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas, constantes do orçamento municipal, serão efetivados mediante aplicação dos métodos usuais de auditoria, tendo como diretriz a aplicação dos princípios da economicidade, eficiência e eficácia, e tendo em conta especialmente, a relação entre custo e benefício na aplicação dos recursos, cabendo a respectiva aferição pelo Sistema de Controle Interno.

Art. 33. A presente legislação será apresentada em audiência pública, de acesso a toda a comunidade, de forma ao cumprimento do disposto no Art. 48 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 34. Em anexo a presente lei, anexo de programas de Governo.

Art. 35. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de novembro de 2017.

LEOCARLOS GIRARDELLO

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCI BARCELLOS PAZ

Secretária de Administração

Publicado no Mural Oficial,
conforme Lei nº 3.303, de 20.4.2012.

em 29/11/2017.